

ATA Nº 3.956

Aos 19 dias do mês de dezembro do ano de 2013, às 14h20min, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara/RS, realizou-se a **47ª Sessão Extraordinária Autoconvocada deste Legislativo**, sob a Presidência do Vereador Nelson José Martins (PMDB), o qual contou com a presença dos seguintes Vereadores: Adalberto Carlos Soares (PP), Adalberto dos Santos Lemos (PDT), Arleu Machado de Oliveira (PP), Eduardo Carlos Kohlrausch (PTB), Guido Mario Prass Filho (PP), Lauri Fillmann (PDT), Luiz Carlos Balbino de Oliveira (PTB), Moisés Cândido Rangel (PSC), Régis Bento de Souza (PMDB), Roberto Timóteo Rodrigues dos Santos (PP), Sandra Beatriz Schaeffer (PSDB), Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), Telmo Vieira (PTB) e Valdecir Vargas de Almeida (PROS). Por determinação do Presidente desta Casa, Vereador Nelson Martins a Diretora Legislativa, senhora Marilene Wagner declarou aberta a presente Sessão desejando boas vindas a todos os presentes. A partir deste instante o Presidente deu início aos trabalhos da tarde convidando a todos para realizarem em conjunto a Oração do Pai Nosso. Em seguida solicitou que a Diretora Legislativa procedesse na leitura na íntegra do Parecer conclusivo do Processo Nº 15.605 – Sindicância das Cadeiras compradas no exercício de 2012 deste Legislativo e não encontradas na Câmara de Vereadores de Taquara/RS. O Parecer foi assinado pelo Assessor Jurídico desta Casa, Hélio Cardoso Neto, no qual opinou que o presente Processo seja encaminhado, na íntegra, para a 4ª Promotoria de Justiça Especializada de Taquara – Defesa Comunitária e Defesa do patrimônio Público. Segue cópia do referido Parecer anexo a esta Ata. Na sequência o Presidente deu início a Ordem do Dia solicitando a leitura dos Projetos em pauta acompanhados dos Pareceres da Comissão desta Casa, para posterior apreciação em Plenário. **ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI Nº 260/2013 (Executivo Nº 217)** Revoga a Lei Municipal nº 4.215, de 29 de abril de 2009, que autorizava o Poder Executivo a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Cultura, que visava a assumir a administração do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul – MARSUL. Na Comissão Geral de Pareceres o Relator, Vereador Arleu Machado emitiu Parecer opinando ser viável a aprovação do presente Projeto para o encerramento do convênio. O Parecer foi acompanhado de voto favorável dos demais membros da Comissão (CGP), Vereadores Sirlei e Régis. Nesse momento o Presidente solicitou que o Diretor de Cultura do Município, Senhor Paulo Silva fizesse uso da Tribuna para esclarecer alguns pontos da matéria constante no Projeto. Depois disso o Presidente disponibilizou um tempo aos Vereadores que quisessem fazer algum questionamento ao Diretor de Cultura. O Presidente solicitou ainda que todas as manifestações referentes ao Projeto 260 fossem transcritas nesta Ata como segue: **Diretor de Cultura Paulo Silva:** Obrigado Presidente Nelson, inicialmente uma saudação a todos os Vereadores e, nós estamos aqui na qualidade de Diretor da Cultura do Município, para prestar todas as informações necessárias a respeito deste projeto. Não sei se vocês querem que eu faça um começo, uma explicação porque dele e então me coloco a disposição. O Convenio foi efetivado com a validade de cinco anos, eu estava na época como Diretor de Cultura. No convenio se previam varias coisas, uma delas, transporte até lá onde ficava o nosso Museu e, naquele momento eu fui um dos que defendi a efetivação do convenio porque havia a maioria de vocês sabem, a decisão do Governo do Estado de levar todo o acervo do MARSUL que está ali a muitos anos sem visitaçã

para junto do Museu Antropológico, que são dois Museus separados com a administração e acho um grande erro do Governo do Estado, porque o Museu Antropológico, o Dr. Helinho sabe bem disto fica num prédio, no décimo andar, com difícil visitação e por picuinhas entre as administrações não se juntam. O mais correto seria o Museu Antropológico de Porto Alegre ficar nesta área, onde o Governo teria que fazer um investimento necessário. Muito bem, quando nós chegamos lá não havia nem condições de entrar lá dentro, fazia dois anos que estava fechado era quinze minutos e tinha que sair. Todo o acervo do Museu Arqueológico estava em risco e trinta por cento totalmente perdido na época, e mais, havia então ser, material com cerca de vinte cinco, trinta anos, que foi recolhido e estava em caixas de madeira, comido pelos cupins e que estavam colocadas lá e, acervo perdido porque eles escreviam em papel e os cupins comeram o papel também, nunca mais vais saber de onde veio. Depois de todo esse levantamento e naquele momento era extremamente necessária a intervenção do Município, se realizou este convenio que previa várias coisas. O nosso Museu foi pra lá, como fica num local que não tem transporte publico, na época era pra ser gerenciado pelo Poder Municipal, a colocação de uma linha que levasse pessoas de mais idade enfim até o Museu. Até hoje esta linha não existe. Segundo, no convenio toda administração, custo, luz, telefone, manutenção, grama que cresce muito, enfim tudo aquilo ali custeado pelo Município. O Estado se comprometia a contratação de um arqueólogo imediatamente, tendo em vista o acervo em risco. Dois anos depois, diversas tentativas minha a época de conseguir isto, não conseguindo, eu busquei pessoalmente o senhor Jeferson Zucco, professor de História da Faculdade, que já havia entregado o seu currículo a mais de um ano no Governo do Estado, sai daqui com ele, sentamos na frente do departamento pessoal do Secretário da época e ai foi efetivada a contratação quatro meses depois onde começou este trabalho. Havia todo o projeto de visitasões, de construções, para se pintar uma parede é necessário enfrentar toda a burocracia do Estado. Bom, em resumo, nestes cinco anos na minha opinião valeu este convenio, porque ele salvou o acervo do MARSUL e eu digo isto com todas as letras, se não fosse naquele momento, o acervo do MARSUL, o convenio, o acervo que era de trinta por cento perdido, talvez tivesse sido perdido por mais de cinquenta por cento, então por isso na minha opinião valeu. Não se chegou aos objetivos que se tinha pensado porque da maneira como existe este acervo às vezes se pensa uma coisa, não é viável a gestão partilhada entre Estado e Município, porque o Município fica com os gastos e não tem condições legais de efetivar aquilo que precisa, em resumo, este modelo se mostrou não viável, por isto a nossa sugestão que a realidade hoje é diferente, da seguinte maneira, o convenio encerra agora em meses, então a nossa intenção. Recebemos em função da não efetivação desta linha, várias e várias reclamações de pessoas que querem ir ao Museu e não tem como ir. Nós temos os nossos carros, mas vocês imaginam uma pessoa que não tem, vai a pé até lá. Então assim, varias reclamações, levando em conta tudo isto, o fim da gestão e mais tramita no Ministério, porque o acervo é protegido por lei federal, tramita no Ministério Público Federal uma ação contra o Governo do Estado e que já passou do prazo e o Governo do Estado e que já passou do prazo e o Governo do Estado está obrigado a reformar um prédio que atualmente não tem condições por infiltrações, por problema, não tem luz por falta de energia elétrica e durante os cinco anos o Governo do estado não resolveu isto, e o Município

não pode botar uma lâmpada lá. Bom, como tramita isto e já passou o prazo, e já existe, segundo o Secretário me relatou pessoalmente, um projeto de restauração e capacitação aprovado e agora vai para o Governo do Estado, certo, acreditamos e temos plena consciência que pelo trabalho feito pelo arqueólogo o acervo está preservado e não corre mais risco de se deteriorar. Portanto, nós achamos, encaminhamos ao Senhor Prefeito pedimos a vocês, uma vez foi pedido licença pra isto, que este convenio se encerre, certo, o que não vais eximir o Município de continuar cobrando, que seja defendido, mas assim que o convenio se encerre o nosso Museu retorne ao centro da cidade e, como existe uma cláusula de reversão na doação feita, na gestão do Dr. Alceu Martins, caso, caso, o Museu Arqueológico não volte a funcionar ou seja, retirado do Município, toda aquela área volta automaticamente ao Município. Então foi esta a sugestão que nós damos e estamos a disposição para qualquer esclarecimento. **Vereador Guido Mario Prass:** “O assunto é de alta relevância, pois o Museu de Taquara é o único da América Latina, só tem outro neste patamar no México que é dos Incas, por isso é importantíssimo. O acervo é Federal e o Município pegou um tipo de coisa que não é de sua competência, o que deveria ser feito na época era responsabilizar o Governo do Estado no que era de sua obrigação.” Nesse momento o **Diretor Paulo Silva** interveio dizendo que o Município dentro deste convênio nunca teve interferência quanto ao acervo, apenas com a área do Museu, o acervo é protegido por lei federal e estava sob guarda do Município, ou seja, as peças são de responsabilidade do arqueólogo e do Governo do Estado. Quando o arqueólogo foi contratado dois anos depois ele começou um trabalho que está sendo feito nesse acervo, mas não pode informar a respeito porque é função do Estado. **Vereador Guido Mario:** “O que se sabe, pois já foi debatido na época, que tudo vai acabar lá na PUC porque há um grande interesse deles de ter isso lá e Taquara mais uma vez vai perder, este é o seu lamento.” Novamente o **Diretor Paulo Silva** interveio colocando que o interesse na verdade não seria da PUC, seria do Instituto de História da URGs. Com a ação que corre atualmente não é possível mais tirar o acervo de Taquara é preciso ser restaurado nesta cidade, esse é o acerto com a Procuradoria Federal. **Vereador Valdecir:** “Sua dúvida é se está sendo entregue para tirar por causa do Estado ou está sendo entregue para tentar passar a mão por cima do que uma servidora fez no Museu com peças que foram estragadas?” O **Diretor Paulo Silva** respondeu que sua sugestão quanto à saída de lá é especificamente do que foi dito, quanto o assunto de outra servidora deveria ser discutido com o Ministério Público, porque corre uma ação, agora o acervo do Município está saindo de lá por todas as razões que apresentou aqui e não tem competência, seu cargo não lhe dá competência para discutir assuntos funcionais, o que pode dizer é o que lhe compete e a sua sugestão desse Projeto foi retirar para que o Museu possa ter maior visitação e chegou à conclusão de que este convênio não funcionou então não se pode manter um custo tão alto para não ter nada lá, não se pode manter num momento de dificuldades um convênio em que o Município gasta toda uma manutenção que acredita chegar a 10 mil reais por mês, ou até mais e não está dando nenhum retorno. Foi por isso que fez essa sugestão ao Prefeito e ele acatou. **Vereador Valdecir:** “Só para registrar a servidora não era concursada era CC, tem um processo no Ministério Público e se sabe que vários móveis antigos foram deteriorado. Para encerrar disse que vai votar favorável, mas volta aquela opinião que o Município tinha

que utilizar aquela área e fazer um parque de eventos para quem sabe ter uma EXPOCAMPO de qualidade, acha que seria muito importante toda aquela área.”

Diretor Paulo Silva: “O fato de encerrar o convênio não impede que se abram negociações para uma nova maneira, acha que aquela área poderia ser do Município e volta a dizer, cláusula de reversão, se o Governo do Estado não colocar o Museu em funcionamento ou tirar o Museu automaticamente a área volta a ser do Município, isso está na Lei de Doação do então Prefeito Alceu Martins.” Após os questionamentos o Presidente colocou o Projeto em discussão que teve as seguintes manifestações: **Vereador Adalberto Lemos:** “Disse que já tinham conversado algumas coisas com relação a este Projeto nas Comissões, pensa que é um Projeto polêmico, mais uma vez vão perder alguma coisa em Taquara, como falou o Vereador Guido Mario e acredita que não é uma discussão para 20 minutos como estão fazendo, acha que teriam que deixar este Projeto para quando voltassem do recesso ouvir mais pessoas e uma sugestão que o Vereador Arleu tinha dado de fazer uma audiência pública para discutir a relevância disso com a comunidade. Mais uma vez estão votando um Projeto a toque de caixa, porque alguns entendem de uma forma, mas nem todos vão entender assim, não podem como Legisladores arcar com o ônus e daqui a pouco a comunidade vai estar cobrando o que deixaram escapar pelos dedos mais uma coisa importante em Taquara. Pensa que como Legislador devem sim esperar a volta do recesso e discutir amplamente esse Projeto e talvez fazer uma audiência pública para que a comunidade venha aqui discutir esse assunto, porque pode ser interesse da administração atual, mas pode não ser o interesse da comunidade em perder o Museu.” **Presidente Nelson Martins:** Eu quero dizer para vocês uma coisa, ajudei a puxar o aterro para fazer aquele Museu. Quando foi feito este Museu, vinha bastante verbas, vinha servidores, tem duas senhoras que estão aqui em Taquara que trabalharam por muito tempo no Museu, bom tempo, tinha o Eurico Muller, que era o cara que cuidava disso tudo, ninguém de vocês conheceu o Eurico Muller, esse é o que cuidava de tudo e, de repente o Governo tirou, foi lá abandonando tudo e, este é o detalhe não houve na época uma reação forte do Poder Executivo na época em Taquara. Não poderia ter aceitado da forma como foi conduzida esta parte. Então quero dizer para vocês o seguinte, agora o Município não tem que estar bancando gente, gastando dinheiro para, bancando gente para cuidar, o que é nosso nós temos que cuidar. Pessoal aqui, eu fui lá olhar tudo o que o Eurico tinha catalogado e virou numa baderna. **Vereador Arleu Machado:** Senhor Presidente, primeiro lugar pedir que conste em Ata, transcreva todo pronunciamento do Secretário para embasar, inclusive o parecer que dei na relatoria que conste que seja transcrito toda conversa, toda fala do nosso diretor e dizer em segundo lugar, que nós estamos nos livrando de um elefante branco para Taquara, porque, porque este Museu vai continuar e, só que não precisa ser o Município de Taquara que gaste em torno de quinhentos, seiscentos mil por mês ou mais, com a manutenção dele quando nós temos tanta coisa para gastar com um Museu que não entra ninguém lá dentro, como falou o Diretor Paulo Silva, não dá para fazer um banheiro lá em cima, sem ter autorização do Estado, e para fazer este banheiro leva um ano, para até tentar fazer um banheiro. Então não há nenhum motivo por que continuar com este convenio, em função disso é um elefante branco para o Município, o acervo do Município volta pra cá, as pessoa vão poder visitar o nosso Museu e, lá em cima o

estado vai manter o Museu a maneira deles, quem quiser visitar igual, só que nós estamos diminuindo grande parte deste custo hoje que está lá em cima, pessoas trabalhando com um custo todo que tem com uma poupança que eu acredito perde um milhão de reais por ano, em função da retirada do Museu, por isso eu fui favorável. **Presidente Nelson:** Esta discussão é um pouco mais complicada que a discussão com o DAER, é pior que aquela do DAER. **Vereador Guido Mario:** Senhor Presidente, eu acho que a atitude do Município é a correta, que nem deveria de ter ido para lá. Quando o Museu do Município era na Tristão Monteiro aqui, e muitos de vocês foram na Tristão Monteiro, maravilha, tudo ali, ia alunos, o pessoal tudo indo, a comunidade, tu passava na beira da rua tu via já as coisas que chamava a atenção e te atraía ali para dentro. O Professor Eurico Muller, professor do CIMOL, que cuidou por muito tempo daquilo lá, mas vamos falar bem claro o Estado não tem interesse mais nenhum em manter aqui, eles querem levar isto embora daqui. O Município fez, o Município se meteu de pato à ganso, quis segurar aqui e quis amarrar do Município junto para tentar segurar aquilo ali, mas, eu lamento muito Taquara perder, mas do jeito que esta indo nós vamos acabar perdendo o Museu, pois o Governo do Estado não tá nem aí por Taquara. **Vereadora Sirlei Silveira:** Eu sei Senhor Presidente que a gente está malhando em ferro frio como o senhor diz, mas é bom que a gente de opinião. Nós não estamos aqui discutindo a saída ou não do Museu de Taquara, nós estamos discutindo a extinção de um convenio que trás um prejuízo grande aos cofres públicos municipais e, isso é o que a gente tem votar agora, por isso não vejo muita discussão e eu acho que se é para poupar e que a gente tenha verba para investir em coisas mais necessárias eu sou favorável ao projeto sim. **Vereador Lauri Fillmann:** Obrigado Presidente, eu também sou favorável que seja extinto o convenio, é muito gasto para o Município, na minha opinião não levou a nada nestes cinco anos ou quase nada, só confusão, muita confusão e, o Município não está afim então hoje, o quanto antes é melhor para o Município. **Vereadora Sandra Schaeffer:** Senhor Presidente, eu acho que é malhar em ferro frio, mas eu não posso deixar de dar a minha opinião para que fique registrado, porque as cobranças vêm depois. Aqui nós discutimos o assunto, sobre todos os aspectos, lá fora as pessoas nos cobram, porque vocês deixaram mais uma coisa sair de Taquara, então que fique registrado. Nós somos a favor do Museu Histórico de Taquara sim, numa área em que as pessoas possam visitar frequentemente, porque conta a nossa historia, sou a favor que continue o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, o que mais uma vez nós estamos discutindo aqui e, juntamente com tudo isto a ineficiência do Estado, toda vez que o Estado deixa de fazer a sua parte, nós Vereadores ficamos numa saia justa, porque, se o Museu sair de Taquara, os Vereadores votaram. Porque as pessoas não se atentam ao projeto em sim, nós somos favoráveis ao Museu Histórico de Taquara, nós somos favoráveis ao Museu Arqueológico, mas que o Estado cumpra sua parte. Nesse momento o **Presidente Nelson Martins** colocou: Nós não estamos discutindo a saída do Museu, estamos discutindo só o convenio, e dizer para vocês, nos primeiros anos, quando o Prefeito Alceu Martins trouxe para Taquara, quero dizer para vocês, nos primeiros anos o Governo do Estado deram suporte pra isto, era coisa fora do comum depois eles foram abandonando, mais ou menos como a ponte, eles foram abandonando e abandonando e a Prefeitura ficou com direito e ai cometeram um erro. Quando tiraram o Museu aqui do centro que era da Prefeitura e levaram para lá,

não deveriam ter feito isto nunca porque isto deu a margem do que, que a Prefeitura assumisse também a parte do Estado, hoje esta aí, sabia que este pepino ia existir, mas se tu não vota o convenio na época, tem poucos aqui que votaram o convenio, não vota o convenio era ruim também. Está a o exemplo que a gente falou sobre aquilo, mas se a gente estivesse endurecido para que o Museu do Município não fosse para lá, estava resolvido o problema hoje. **Vereador Luiz Carlos Balbino:** Senhor Presidente, como é uma discussão assim que se vê diversas ideias, mas eu sou favorável ao projeto por seguintes razões. O Município deixa de arcar com essa despesa e fica com a nossa história, aquilo que é nosso, conforme, volta para o centro da cidade e fica ao alcance e aqueles que querem visitar e conhecer. Por outro lado se existe, conforme o diretor colocou e bem colocado se existe a possibilidade com a ausência do Estado aquela área voltar ao Município, essa área já foi cogitada algum tempo em governos passados e discutido sobre isso é uma área nobre e lá poderíamos quem sabe, conseguindo, claro que vai haver um processo, o Estado vai contestar, mas se conseguirmos isto, se não for cumprido o que esta na lei e que retorno ao Município, a Expocampo, por exemplo, seria um ótimo local para quem não se apercebeu, eu não sei quantos equitares tem aquela área lá Senhor Presidente, dez equitares numa área nobre onde tem uma visão privilegiada. A Expocampo lá, também deixaria de ter um gasto a mais para o Município e seria se assim for possível for viável, uma área própria do Município, então não teríamos perdido teríamos adquirido algo que já foi nosso e que perdemos para o Estado que não soube tirar proveito desta área. Obrigado Senhor Presidente. **Presidente Nelson:** Quero dizer para vocês se estão lembrados de uma discussão que teve aqui sobre a Oncologia, vocês lembram que o Governo do Estado iria passar um dinheirinho, vocês se lembram que o Governo do Estado ia passar um dinheirinho mensalmente para o Município passar ao Hospital. Vocês não estão lembrados disto, foi dito nesta Casa, até hoje nem um centavo nem vão passar nada, este é o detalhe das coisas. **Vereador Roberto Timóteo:** Senhor Presidente, eu também sou favorável até porque hoje boa parte desta área de terra esta sendo usada por pessoas particulares lá, usufruindo de uma área que deveria estar na mão do Município para que a gente possa fazer ali, temos diversas possibilidades ali, a Expocampo. Hoje a gente percebe que o Parque do Trabalhador está ficando pequeno para a comunidade, chega final de semana não tem lugar para colocar uma cadeira lá, então a comunidade está aclamando por um novo espaço para caminhada, um novo espaço, quem sabe pode ser ali este novo espaço. E o Estado a gente sabe, que cumpra com as obrigações dele, um Município pobre como o nosso não pode estar abraçando as responsabilidades do Estado. **Vereador Telmo Vieira:** Senhor Presidente sou favorável e enalteço a atitude do Prefeito juntamente em aceitar a ideia, acolher a ideia do Paulo Silva, Secretário de Cultura, porque eu penso, enquanto a servidora esta questionada e que ela está recebendo algumas sanções, ela tentava fazer o melhor, mas mexeu naquilo que não era do Município, não é, então eu penso que vindo para cá, para o nosso meio, estamos resgatando a nossa história e cuidando da nossa história, enquanto que o Museu Arqueológico é uma bela aquisição do Município, mas enquanto o Estado, como a Vereadora Sandra muito diz, ficamos a mercê do Estado, aí que são elas, aí é ruim, então era isto Senhor Presidente. Após as manifestações o Presidente colocou o Projeto em votação e o mesmo foi APROVADO por unanimidade dos Vereadores.

PROJETO DE LEI Nº 252/2013 (Executivo Nº 211) Altera o § 3º do artigo 1º, da Lei Municipal nº 5.344, de 01 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir turno único no serviço público municipal, e, dá outras providências. Na Comissão Geral de Pareceres o Relator, Vereador Arleu Machado apresentou Parecer opinando pelo prosseguimento do presente Projeto, cujo mérito deverá ficar sob deliberação do Plenário desta Casa. O Parecer foi acompanhado de voto favorável dos demais membros da Comissão (CGP), Vereadores Sirlei e Régis. Posto em discussão, seguido de votação o Projeto na sua forma original foi APROVADO com 08 (oito) votos favoráveis dos Vereadores: Roberto Timóteo, Arleu, Telmo, Guido Mario, Régis, Balbino, Adalberto Soares e Eduardo. E, 06 (seis) votos contrários dos Vereadores: Valdecir, Lauri, Sirlei, Moisés, Sandra e Adalberto Lemos. Manifestaram-se sobre a matéria os Vereadores: Lauri, Guido, Moisés, Valdecir, Eduardo, Arleu, Adalberto Lemos, Balbino e Nelson.

PROJETO DE LEI Nº 264/2013 (Executivo Nº 213) Autoria o Município de Taquara a firmar Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis com a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, entidade inscrita no CNPJ sob o nº 89.175.541/0001-64, com a finalidade de desenvolvimento de ações relativas ao PRONASCI ABIGEATO. A Comissão Geral de Pareceres apresentou Parecer favorável ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 265/2013 (Executivo Nº 221) Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros no valor de R\$ 3.000,00 para a Associação de Moradores Nossa Senhora Aparecida, CNPJ nº 05.701.109/0001-70. A Comissão Geral de Pareceres e a Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização apresentaram Pareceres favoráveis ao projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade dos Vereadores.

PROJETO DE LEI Nº 266/2013 (Executivo Nº 203) Dispõe sobre a reestruturação do Sistema de Controle Interno do Município e dá outras providências. A Comissão Geral de Pareceres apresentou Parecer favorável ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 267/2013 (Executivo Nº 204) Altera o Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Municipal, constante do artigo 4º, da Lei Municipal nº 3.771/2006, e, revoga as Leis Municipais nº 2.757/2001, 4.004/2007, 4.563/2010, 4.724/2010 e 4.734/2011 e dá outras providências. A Comissão Geral de Pareceres e a Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização apresentaram Pareceres favoráveis ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade. Manifestaram-se os Vereadores: Valdecir, Nelson e Lauri.

PROJETO DE LEI Nº 268/2013 (Executivo Nº 205) Dispõe sobre o Plano plurianual para o quadriênio 2014-2017 e dá outras providências. A Comissão Especial para análise do PPA, da LDO e da LOA apresentou Parecer favorável ao Projeto na forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade dos Vereadores.

PROJETO DE LEI Nº 269/2013 (Executivo Nº 223) Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel com a empresa ELOIR MAIER DE VARGAS – ME, e, dá outras providências. A Comissão Geral de Pareceres e a Comissão Permanente de Terras, Patrimônio, Habitação e Meio Ambiente apresentaram Pareceres favoráveis ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade. Manifestaram-se os Vereadores: Valdecir, Régis e Nelson.

PROJETO DE LEI Nº 270/2013 (Executivo Nº 225) Dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2014. A Comissão Especial

para análise do PPA, da LDO e da LOA apresentou Parecer favorável ao Projeto na forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade dos Vereadores. **PROJETO DE LEI Nº 271/2013 (Executivo Nº 224)** Autoriza o Poder Executivo a firmar Termo de permissão de Uso de Bem Imóvel com a Empresa VILMAR RIBEIRO MÓVEIS – ME, e, dá outras providências. A Comissão Geral de Pareceres e a Comissão Permanente de Terras, Patrimônio, Habitação e Meio Ambiente apresentaram Pareceres favoráveis ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade. Manifestou-se o Vereador Adalberto Soares. **PROJETO DE LEI Nº 272/2013 (Executivo Nº 222)** Revoga a Lei Municipal nº 3.673, de 04 de agosto de 2006, que autorizava o Poder Executivo a doar área de terras para a empresa ELOIR MAIER VARGAS – ME, e dá outras providências. A Comissão Geral de Pareceres apresentou Parecer favorável ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade. **PROJETO DE LEI Nº 273/2013 (Executivo Nº 226)** Estima a Receita e fixa as Despesas do Município de Taquara/RS, para o exercício de 2014. A Comissão Especial para análise do PPA, da LDO e da LOA apresentou Parecer favorável ao Projeto na forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade dos Vereadores. **PROJETO DE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2013** - Declara PONTO FACULTATIVO, nos dias 23 e 30 de dezembro de 2013, e, 2 a 3 de janeiro de 2014, com posterior compensação de horário, para os Servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Taquara – RS. A Comissão Geral de Pareceres apresentou Parecer favorável ao Projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade. **PROJETO DE LEI Nº 274/2013 (Executivo Nº 227)** Altera o artigo 3º, da lei Municipal nº 5.325/2013, que autoriza o Poder Executivo a adquirir párea de terra (imóvel) para ampliação da EMEF Getúlio Vargas, alterada pela Lei Municipal nº 5.378/2013 e, dá outras providências. A Comissão Geral de Pareceres e a Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização apresentaram Pareceres favoráveis ao projeto na sua forma original e o mesmo foi APROVADO por unanimidade dos Vereadores. Após a votação o Presidente finalizou os trabalhos da presente Sessão agradecendo os Vereadores e os Servidores desta Casa pelo trabalho desenvolvido ao longo deste ano. A seguir o Vereador Arleu se manifestou convidando a todos para Sessão Solene de Posse e transmissão de cargos da Mesa Diretora para o exercício de 2014, que ocorrerá amanhã, dia 20/12, às 18h no Plenário desta Casa, lembrando que logo após, será servido um coquetel junto ao Plenarinho desta Câmara de Vereadores. O Vereador Arleu colocou ainda que a partir de 1º de janeiro de 2014 estará presidindo este Legislativo e pretende dar continuidade ao trabalho do Vereador Nelson realizando uma administração imparcial tentando valorizar cada vez mais esta Casa contando com o apoio de todos os Vereadores. Nada mais havendo a tratar, às 15h35min o Presidente declarou encerrada a presente Sessão Extraordinária Autoconvocada. E, para constar, eu Silvana Fernandes Lopes, Servidora da Câmara de Vereadores de Taquara, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim, e, após lida e aprovada será assinada pelos Vereadores desta Casa Legislativa. Sala de Sessões, 19 de dezembro de 2013.....Silvana Lopes.